

Governo decidirá até julho se amplia dinheiro na praça

Economia
Brasil

GILSON LUIZ EUZÉBIO

Se a economia não reagir à liberação do crédito e redução do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), dentro de dois meses o Governo vai reduzir o compulsório cobrado sobre os depósitos bancários. Isso garantiria mais recursos para o crédito e reestimularia o crescimento econômico.

A data-limite, segundo assessor do Ministério da Fazenda, é julho, porque daria tempo para assegurar um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em torno de 3% neste ano. Qualquer índice de crescimento abaixo dos 3% causaria um desgaste político muito grande ao Governo, que não quer correr esse risco.

"Seria dar razão aos que dizem que o Plano Real é recessivo e o Governo não tem condições e não quer arcar com o ônus de um crescimento do PIB abaixo dos 3%", diz a fonte. Antes, porém, é preciso esperar cerca de dois meses para verificar o comportamento da economia e evi-

tar decisões apressadas, repetindo os erros do passado. Há uma parte da equipe econômica que está convencida de que a única maneira de reaquecer a economia e poupar o Governo do custo da estagnação é mesmo reduzir o compulsório.

Liquidez - "Se reduzo o compulsório, dou liquidez ao sistema financeiro", diz a fonte. Atualmente, o compulsório sobre depósito a vista é de 83%. Antes do Plano Real, era de 48%. Ou seja, de todo o dinheiro depositado nos bancos em conta-corrente, o Banco Central fica com 83% e os bancos só podem utilizar os 17% restantes para financiar vendas e investimentos. Para emprestar R\$ 17 milhões, o banco têm que captar R\$ 100 milhões. Este é um dos motivos pelos quais os

juros continuam altos. Devido ao compulsório excessivamente alto, o Banco Central está hoje com R\$ 48 bilhões de dinheiro dos bancos, que deveriam estar financiando investimentos no País. Antes do Plano Real, o volume de compulsório no BC era de R\$ 13 bilhões.

*Qualquer índice
abaixo de 3%
para o PIB
desgastaria o
Real pois
reduziria renda*

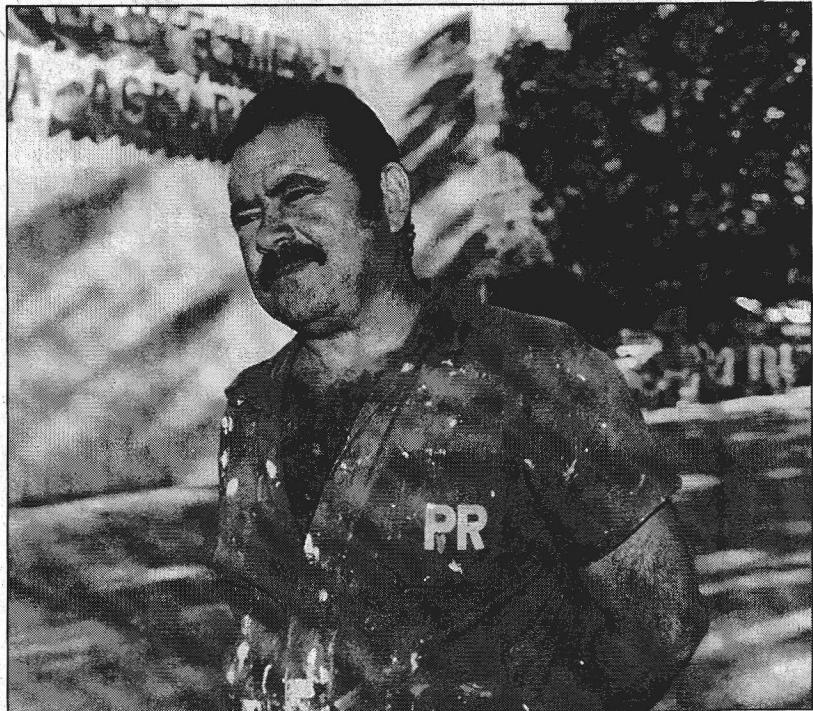
"Não vejo uma única razão para manter o compulsório", diz o assessor, com a ressalva de que o Governo deve ser cauteloso para não errar a dosagem. Quando elevou o compulsório e adotou medidas de restrição ao crédito, suspensas na terça-feira, a equipe econômica deparava-se com uma série de problemas: o crescimento da economia poderia chegar aos 10% e destruir o Plano Real, o País passava a ter déficits comerciais (importava mais do que exportava) e tinha dificuldade para financiar suas contas externas, o consumo estava alto.

O cenário hoje é muito diferente e é por isso que o assessor acha necessária a redução do compulsório para reativar a economia. Diante do novo cenário, as medidas adotadas na terça-feira devem impacto muito pequeno pelas seguintes razões: 1) a população não tem pressa em antecipar compras porque os preços estão estáveis. A antecipação de compras ocorreu no início do Plano, quando não havia confiança de que a estabilidade duraria. 2) devido ao elevado índice de inadimplência, os bancos e o comércio estão cautelosos na liberação de crédito. 3) as taxas de juros continuam muito altas e não permitem a expansão do crédito. 4) o medo do desemprego obriga as pessoas a segurar os gastos. No início do ano passado e fins de 94, a economia estava em expansão, lembra o assessor, e, com isso, o trabalhador sentia-se seguro para se endividar pois não temia perder o emprego.

Fotos: Renato Alves



Luzia Souza: médico, dentista e até cabeleireiro cobram mais



José Otarcílio: mudança forçada para vaga em posto de gasolina